

18º Congresso Brasileiro de Sociologia  
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 40 - Violência, Polícia e Justiça no Brasil:  
agenda de pesquisa e desafios teóricos-metodológicos

**“Agora está ainda pior que antes da UPP”: uma análise das redefinições das relações entre polícia e tráfico em favelas cariocas pós "pacificação"**

**Palloma Menezes**

Universidade Federal Fluminense  
E-mail: pallomamenezes@gmail.com

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é analisar as (re)definições que ocorreram na gestão diferencial dos ilegalismos em favelas cariocas a partir da inauguração das Unidades de Polícia Pacificadoras. Com base em uma pesquisa etnográfica realizada nas duas primeiras favelas “pacificadas”, mapeio os impactos da UPP nas modalidades de presença, nos modos de ação e de interação entre policiais e jovens que atuam no comércio varejista de drogas ilegais. Defendo a hipótese de que monitorar, negociar e confrontar são as principais modalidades de operação da gestão dos ilegalismos em favelas cariocas. E sugiro que analisar as variações nas combinações entre essas modalidades é fundamental para compreender os campos de força que se configuram em favelas “pacificadas”.

Palavras-chave: ilegalismos, favela, pacificação, tráfico de drogas, polícia.

## Introdução<sup>1</sup>

Quando Sergio Cabral Filho assumiu o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, em 2007, e nomeou José Mariano Beltrame como Secretário de Segurança, a “violência urbana” era considerada senão o principal, decerto um dos principais problemas e desafios a serem enfrentados no Estado e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro. Aquele era um momento de crescimento econômico no país. Os governos federal, estadual e municipal, depois de décadas de disputas intensas, estavam trabalhando juntos para que a “cidade maravilhosa” se tornasse sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Apesar disso, os índices de criminalidade e, em especial, de homicídios eram, na cidade, tidos como um dos pontos críticos que precisavam ser melhorados para se garantir a recepção dos grandes eventos e de investimentos internacionais. Foi nesse contexto que, em novembro de 2008, começou a ser testado, então, um novo projeto de “policamento comunitário”<sup>2</sup>. Pouco tempo depois, este projeto recebia o nome Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

Com base em uma pesquisa etnográfica<sup>3</sup> realizada nas duas primeiras favelas do Rio de Janeiro onde foram inauguradas as UPPs – o Santa Marta (localizado na Zona Sul da cidade) e a Cidade de Deus (localizada na Zona Oeste) – analiso, neste trabalho, as mudanças que a maior proximidade territorial entre os policiais e os jovens que atuam no comércio varejista de drogas ilegais gerou nas modalidades de presença e nos modos de ação (e interação) desses atores situados nas dobras do legal-ilegal (Telles, 2010)<sup>4</sup>. O objetivo central do presente artigo é, a partir da análise de contextos situados, refletir sobre as definições e redefinições que ocorreram na gestão diferencial dos ilegalismos (Foucault, 1975) em favelas a partir da inauguração das UPPs.

Na primeira sessão deste trabalho mostro como, inicialmente, a chegada da polícia no Santa Marta e na Cidade de Deus gerou uma situação indeterminada que levou moradores, policiais e traficantes a dar início ao que o filósofo

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS/UERJ) e integrante do Projeto Temático FAPESP, “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista”, coordenado por Vera Telles (USP).

<sup>2</sup> Inicialmente, o termo utilizado para descrever o tipo de policiamento implementado pelas UPPs era “policamento comunitário” e, posteriormente, passou a ser “policamento de proximidade”. Como não há uma definição precisa do que é o “policamento de proximidade”, os próprios policiais que atuam nas UPPs têm dificuldades para explicar estabelecer uma diferenciação precisa entre as duas nomenclaturas.

<sup>3</sup> Tal pesquisa foi realizada, inicialmente, entre 2009 e 2014. Nesse período, além de fazer observação participante, realizei entrevistas com moradores, policiais das UPPs e jovens envolvidos no “mundo do crime”. Posteriormente, no final de 2015, voltei a campo para realizar novas entrevistas com PMs e moradores visando analisar o contexto de “crise das UPPs”.

<sup>4</sup> Como lembra Telles, a noção de ilegalismos cunhada por Michel Foucault (1975) é interessante porque “desloca a discussão da tautológica e estéril binaridade legal-ilegal, para colocar no centro da investigação os modos como as leis operam, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, porém para diferenciá-los internamente. (...) Os ilegalismos (...) não são imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, contêm uma positividade que faz parte do funcionamento do social, eles compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas. (...) É justamente nesses torneios da lei que as questões se configuram.” (Telles, 2010, p.26).

pragmatista John Dewey (1938) chamou de “processo de investigação”. Na segunda parte do texto, apresento as transformações que no modo de atuação e funcionamento do comércio varejista de drogas nas duas primeiras regiões “pacificadas”. Na terceira sessão, exponho como as próprias habilidades e capacidades até então exigidas aos jovens que atuavam no tráfico de drogas também foram temporariamente alteradas e, com isso, uma nova concepção ideal do bom traficante surgiu nos primeiros anos da “pacificação”. Na quarta parte, mostro como, com o passar do tempo, houve uma rotinização das UPPs, além de um refortalecimento do tráfico de drogas. A partir deste último aspecto, apresento como as lógicas de negociação de “arregos” foram reformuladas. Na quinta sessão trato da crise do projeto de “pacificação” chamando a atenção para a (re)intensificação das disputas territoriais<sup>5</sup> em áreas com UPP e para o fato de que vem crescendo a sensação de que a vida nas favelas “agora está ainda pior que antes da UPP”. E, por fim, sintetizo as principais dinâmicas associadas à gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”.

## 1. Só mais uma operação policial “normal”?

Quando a UPP chegou, eu me lembro! Foi a maior correria! Nós não sabíamos, não estávamos programados. Estávamos dormindo em casa com fuzil. (...). Nós estávamos acostumados com a favela tranquila. Sempre amanhecia arregadona. Então, nós chegávamos, deitava na cama, deixava o fuzil de um lado, pistola do outro, e ia dormir. Acordava, tomava banho, escovava o dente, botava o fuzil do lado, ligava a moto e saía para começar a colocar a boca para funcionar. Quando eu fui fazer isso, vi o Caveirão e falei: “ih, caralho”! Já desliguei a moto, fui pelo cantinho da parede, entrei em casa de novo e já acordei meus parceiros e falei: “qual foi, mano? Os canas estão aqui na favela”. (...) Papo vai, papo vem, liga para um, liga para outro (...) e para tirar os negócios [armas e drogas] de dentro da casa? Maior adrenalina doida, acordamos todo mundo. Moravam quatro moleques comigo: “vambora, vambora. Liga para fulana de tal, cicrana, mulher, prima, o que der para elas irem levando aos poucos”. Então, foi assim: a polícia entrou, vários amigos dormindo, os canas invadiram, viram o fuzil do lado e nem esperou falar nada (...). No dia que a UPP chegou morreram uns 9 (...). A gente achava que era uma operação policial normal. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

Quando a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro ocupou a Cidade de Deus e o Santa Marta, em novembro de 2008, moradores e jovens que atuavam no comércio varejista de drogas ilegais nessas favelas pensaram estar diante de uma operação policial “normal”. A princípio, a ação policial parecia seguir o mesmo roteiro das incursões que há algumas décadas vinham

---

<sup>5</sup> Este trabalho tem como ponto de partida a ideia de que a gestão diferencial dos ilegalismos e dos modos de gestão da violência na cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, encontra-se diretamente relacionada com as disputas do domínio territorial das favelas (Misse, 2007). Por isso, não é possível entender a gestão dos ilegalismos sem explorar as disputas territoriais que ocorrem nos morros cariocas.

ocorrendo nas favelas cariocas. Como descreveu um policial da UPP do Santa Marta:

Eu estava acostumado a trabalhar de que forma antes? Estou eu lá no Batalhão e recebo uma denúncia: “Ó, a denúncia... temos que prender o tal traficante que recebeu um carregamento de armas e está em tal lugar.” Então, subia todo mundo armado de colete, fuzil, dez policiais, viatura entrava na comunidade, com certeza [tinha] troca de tiros, colocando a vida em risco dos marginais, dos moradores, e a minha vida e a dos policiais que estavam comigo. E era uma constante, porque toda vez que tinha uma denúncia, a gente reunia a equipe, vinha e trocava tiro, vinha e trocava tiro, resolvia o que tinha para resolver, saía da comunidade, o tráfico volta a dominar. No outro dia, a mesma coisa! (...) Quando mandaram a gente subir e ficar na favela, a gente não sabia muito bem o que aconteceria. A gente não achava que fosse ficar por muito tempo no morro, mas fomos ficando. Por ser a primeira unidade, nem polícia, nem comunidade sabiam como seria a UPP. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Esta fala do policial evidencia que, como de costume, policiais fortemente armados entraram nas favelas contando com o fator surpresa, trocaram tiros com traficantes – gerando mortes, no caso da Cidade de Deus –, efetuaram prisões em flagrante e apreenderam drogas e armas. Apenas o último elemento do roteiro “padrão” das operações policiais de praxe nas favelas não fez parte da ação realizada em novembro de 2008: dessa vez, a polícia não se retirou dos territórios alguns dias após o início da incursão. Ela neles permaneceu.

Em um primeiro momento, ninguém entendeu muito bem o sentido da polícia continuar na favela. Os repertórios habituais de que dispunham os moradores dessas localidades não auxiliavam nesse trabalho interpretativo a respeito do que estava se passando. Eles também não podiam contar com informações oficiais disponíveis sobre o que estava ocorrendo ou sobre o que iria ocorrer. Inicialmente, não houve qualquer anúncio formal ou informal de que seriam inauguradas no Santa Marta e na Cidade de Deus as duas primeiras UPPs da cidade do Rio de Janeiro – até porque, nesse momento, o nome UPP ainda nem sequer existia.

Portanto, ninguém, nem mesmo o Governo, tinha clareza e podia antecipar que naquele momento começava a ser elaborado e testado um projeto que ganharia enorme centralidade no debate sobre segurança pública. Menos ainda alguém podia supor que aquela experiência, posteriormente, seria classificada como uma das mais significativas em termos de segurança pública produzidas no Rio de Janeiro e mesmo no Brasil nas últimas décadas<sup>6</sup>.

Como sintetizou Zé Mário, o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, no momento que o morro foi ocupado, a sensação dele próprio e

---

<sup>6</sup> Nos primeiros anos após a inauguração das UPPs formou-se um consenso em torno da ideia de que “após mais de três décadas de experimentos fracassados de programas de segurança pública no Rio de Janeiro”, o projeto apresentava-se como “uma resposta bem-sucedida para a questão da violência nesse estado, em especial na sua capital” (BURGOS ET AL., 2012, p. 2). Por isso, projetos semelhantes à UPP foram implantados em outros estados brasileiros, como as Bases Comunitárias de Segurança (BCS) inauguradas em 2011 na Bahia.

de grande parte da população da favela era a de estar “entrando num grande túnel escuro, esperando chegar rapidamente do outro lado para ver muita luz”. É possível dizer, portanto, que os habitantes do morro viveram aquele momento como uma “crise” (Shibutani, 1966) ou “momento crítico” (Boltanski, 1990; Boltanski e Thévenot, 1991). Dito de outro modo, o início das UPPs foi vivenciado pela população desses territórios como uma radical desrotinização momentânea da vida cotidiana, isto é, um evento que produziu uma ruptura com as formas habituais de ação, quebrando com as expectativas que os atores possuíam acerca de sua maneira rotineira de ser, de se comportar, de agir e de pensar.

A partir do contato com tal *situação indeterminada*, os habitantes da favela começaram a realizar um “*processo de investigação*” (Dewey, 1938) com a finalidade de compreender e tornar inteligível aquela indeterminação. Tal investigação produziu-se como um processo reflexivo e experimental de reengajamento no “novo” ambiente da favela.

Zé Mário conta que, no caso do Santa Marta, essa investigação teve início quando muitas pessoas o procuraram para perguntar a respeito do que estava se passando na favela. Incapaz de dar uma resposta adequada, ele, por sua vez, procurou representantes do poder público, buscando elementos que permitissem ter um entendimento do que estava acontecendo.

De forma semelhante, os jovens envolvidos com o comércio varejista de drogas nessas duas favelas também passaram pelo mesmo processo. Eles narram que, neste momento crítico, acionaram os contatos que de que já dispunham para operações policiais como as que haviam, mas que quando notaram não mais estar diante de uma “operação policial normal”, ficaram sem saber ao certo como agir:

Sabe como é que é, polícia é bandido, bandido é polícia, é assim. Como eles têm nossa informação daqui para lá, nós temos de lá para cá também. Aí nós batemos um rádio para a arregadeira [policiais corruptos], mandamos ir no comandante para ver se ia ter papo. Aí o comandante falou: “você está maluco? Agora não tem mais nada, não tem negociação. A polícia vai ficar. Pode falar para eles!” De tarde, foi uma loucura, atravessando daqui para a Penha de moto roubada, casacão, fuzil, pistola pra caralho voando na Linha Amarela. O dono da boca na tua garupa, foragido pra caralho. Não foi eu que levei ele não, fui em outra moto, mas estava todo mundo num bonde só. Aí você fica como? Tinha que, ao mesmo tempo, ficar na contenção do cara e pilotar a moto! Tu vai deixar o dono da boca para morrer contigo ali? Tu morre, mas não pode deixar o cara morrer. Aí fomos, deixamos ele lá. Depois voltou, ficou assim (...). Aí perto do Natal entrou a UPP. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

O depoimento acima evidencia que ter alguma informação, naquele momento, era essencial para que os jovens envolvidos com o “mundo do crime” (Grillo, 2013) pudessem traçar estratégias minimamente seguras de ação. No entanto, a única informação que tiveram era de que, a partir daquele momento, a polícia ficaria na favela. Foi portanto preciso aos traficantes improvisarem uma nova estratégia de ação.

Como boa parte do que era tomado como óbvio (*taken for granted*) pelos traficantes tinha deixado de sê-lo de maneira brusca e repentina, eles precisaram iniciar uma busca por uma nova “ação que convém” (Thévenot, 1986). Então, ainda que de modo precário e permeado de riscos, alguns resolveram se esconder dentro da própria favela. Apenas poucos traficantes de áreas específicas, como o Karatê na Cidade de Deus, resolveram enfrentar diretamente a polícia em meio à situação indeterminada. Parte significativa dos traficantes (sobretudo os de alta hierarquia) fugiram temporariamente e se abrigaram em outras favelas não ocupadas pela polícia e, portanto, mais seguras para eles naquele momento.

## **2. O comércio varejista de drogas “pacificado”**

Uma das principais consequências desse momento inicial de indeterminação gerado pela chegada da polícia na favela foi um enfraquecimento temporário do tráfico de drogas ilícitas nas áreas ocupadas. No caso do Santa Marta, poucas semanas após o início da ocupação do morro, foram divulgadas diversas reportagens em jornais cariocas que apontavam não haver mais venda de drogas na favela.

No caso da Cidade de Deus, moradores contam que, no início da ocupação policial, em 2008, o tráfico perdeu muita força porque um grande número de traficantes fugiu, alguns poucos ficaram bem escondidos e efetuando pouco ou quase nenhuma venda por temerem os policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). Ouvi pessoas relatando que no início da ocupação policial: “a igreja ficou lotada de bandido. (...) O negócio ficou salgado. O Bope vinha aí, batia de porta em porta. O Bope só trabalhava de madrugada. Na madrugada era corda no pescoço, gravata, cabo de vassoura e pau neles. Todo mundo ficou aterrorizado”.

Assim que o Bope deixou a favela e foi inaugurada a UPP, os moradores da Cidade de Deus narram que os traficantes tiveram que se adaptar à nova situação. Aqueles que tinham fugido para outras favelas e voltaram para “casa”, logo notaram que trabalhar no tráfico em uma favela “pacificada” não seria a mesma coisa que antes. Houve também uma drástica redução dos rendimentos e do espaço objetivo de cargos dentro da boca de fumo local. Por isso, vários jovens resolveram procurar um emprego formal. Os que conseguirem e resolveram continuar atuando no comércio de drogas ilícitas, tanto na Cidade de Deus como no Santa Marta, entenderam em um primeiro momento que não era possível retomar por completo o domínio territorial da favela, dada a superioridade do poder armado do Estado naquele momento. Como também não era possível naquele primeiro momento do projeto das UPPs estabelecer algum tipo de negociação envolvendo “arrego”, os traficantes perceberam que para subsistir no territórios teriam que alterar suas condições de existência. Passaram, então, a mudar suas estratégias de ação e adaptar o comércio de drogas para que ele sobrevivesse no novo ambiente.

Segundo meus interlocutores, as principais mudanças no comércio varejista de drogas em favelas logo após a chegada da UPP foram que: a) a venda se tornou menos “sedentária” (Grillo, 2013) (ou seja, os pontos de venda passaram a variar mais de lugar); b) os vendedores passaram a trabalhar de forma mais dissimulada e menos ostensiva (já que deixaram de ostentar armas com frequência); c) grande parte das vendas passou a acontecer através do

modo chamado de “estica” (os traficantes deixaram de carregar a droga nos bolsos ou em mochilas e passaram a deixar pequenas “cargas” escondidas em algum lugar próximo de onde estavam); d) houve um aumento da utilização de menores de idade como vendedores de droga; e) também ocorreu um aumento no número de pessoas trabalhando como “olheiros”. Um traficante da Cidade de Deus expôs essas mudanças da seguinte forma:

Antigamente, tinha ponto fixo, até porque a dificuldade dos policiais chegarem na boca do tráfico era maior... Depois das três da tarde, era bem mais difícil eles chegarem. Hoje em dia é fácil, então eles já estão aqui. Se a UPP já passou, já botou os moleques para correr aqui, voltar para o mesmo lugar é maluquice, porque eles já vão para outro lugar. Antigamente, o cara ficava de bolsa na mão, hoje em dia a droga está entocada lá na beira do rio, lá embaixo, e ele [o traficante] está aqui, ele pega o dinheiro e vai lá de bicicleta. Antigamente, os caras guardavam muita coisa junta em um lugar só, agora está tudo bem mais espalhado. Antigamente, todo mundo queria andar armado, hoje não, você andar armado, de pistola, é bobeira, porque não tem necessidade de andar. Você vai perder uma peça do cara de bobeira, vai perder para um policial que vai te pegar com certeza. Um dia desses aí, três menores deram bobeira indo para baile de arma. Uma pistola sumiu porque o moleque foi para o baile com ela (...). A minha está guardada lá, eu vou usar para quê? Para mim, vai ficar lá. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

O comandante da UPP da Cidade de Deus descreveu essa mudança como uma “adaptação dos traficantes ao novo ambiente”. Em uma entrevista, ele destacou que a presença de menores no tráfico se intensificou de forma considerável, passando a dificultar muito o trabalho da polícia na favela. Um traficante da Cidade de Deus apontou durante uma conversa que usar essa mão de obra era necessário naquele momento, pois “os meninos que já tiveram passagem pela polícia ficam pichados. Os policiais conhecem até pela tatuagem. Tatuagem esverdeada de cadeia, aí os caras já olham. ‘Opa, vem cá’”. Por isso, na visão do próprio traficante, nesse contexto de pacificação, “o que funciona mais é menor vender, porque se pegarem o menor não vai dar em nada mesmo. Vai e volta, vai hoje e volta depois de amanhã”.

O mesmo traficante destacou também que, depois da “pacificação”, foi necessário aumentar o número de olheiros ou “atividades” atuando na favela. Como as “fronteiras tácitas”<sup>7</sup> entre as áreas de atuação do tráfico e da polícia tornaram-se mais borradas e fluidas após a chegada da UPP (Grillo, mimeo), os métodos utilizados para proteger aqueles que realizavam a venda de drogas

---

<sup>7</sup> Grillo (mimeo) indica que “a divisão entre até onde se espera que traficantes vendam drogas e andem armados e até onde há policiamento regular tende a asseverar o contraste entre favela e asfalto. Já a demarcação dos territórios de atuação de uma ou outra facção impõe risco de vida a quem quer que ouse cruzar as fronteiras e frequentar favelas controladas por facções rivais, mesmo que se trate de moradores sem qualquer relação com o tráfico. Há ainda os limites geográficos impostos por traficantes à atuação de assaltantes”. A autora aponta que a inauguração das UPPs gerou rearranjos nas relações de poder ocasionaram deslocamentos nas fronteiras tácitas. A contiguidade entre policiais e traficantes dentro do espaço das favelas modificou a geopolítica local.



– assim como as “cargas” e o material bélico existente na favela – também tiveram que mudar. Enquanto antes da UPP, os dispositivos de vigilância concentravam-se principalmente na região fronteira entre o asfalto e o morro, para que assim os traficantes monitorassem qualquer aproximação de policiais ou facções rivais em relação ao território, após a “pacificação” eles passaram a voltar-se sobretudo para o interior da favela.

Se antes a dinâmica da própria vigilância do tráfico em favelas era marcada por expectativas que deslizavam entre oposições rígidas – a ausência e ou a presença da polícia na favela –, no período pós “pacificação”, ela se refinou e passou a estar relacionada a “gradações de presença” potencial da polícia no território. As fronteiras deixaram de ser extensas e bem demarcadas e tornaram-se intensivas e variáveis. Isso porque, a partir de 2009, novos instrumentos e estratégias de monitoramento passaram a ser utilizadas, para que os traficantes pudessem mensurar da forma mais precisa possível as intensidades da presença de policiais da UPP nas mais variadas partes dos territórios “pacificados” – a recíproca sendo verdadeira.

### 3. O “bom traficante”

Em resumo, é possível dizer que o mapeamento do território das favelas “pacificadas” tornou-se essencial para que os traficantes e policiais pudessem traçar estratégias de ação ajustadas ao novo ambiente. Por isso, nos primeiros anos depois da inauguração da UPP, a força “sedentarizante” do fuzil deu lugar à observação atenta dos olheiros e à comunicação “flexibilizante” dos celulares e radinhos usados para monitorar os fluxos de circulação de pessoas, objetos e informações que ocorriam nos territórios das favelas com UPPs. Desse modo, os dispositivos de monitoramento que antes eram usados mais na vigilância das fronteiras entre o morro e o “asfalto”, passaram a ser utilizados em todo o território da favela e passaram a ganhar uma maior centralidade na atuação cotidiana dos traficantes.

A lógica do “tá tudo dominado” que guiava o ideal de ação dos traficantes no período pré-UPP perdeu um pouco de força enquanto a lógica do “tá tudo monitorado”<sup>8</sup> do contexto pós-“pacificação” se expandiu. Isso porque, após a UPPs, os traficantes entenderam que não podiam mais ter – e, em certo sentido, também não mais precisavam de – o domínio de todo o território da favela para continuar a venda de suas mercadorias. Contudo, eles tiveram, para isso, que transformar sua forma de vida para se adaptarem ao ambiente pós-UPPs. E, nessa nova lógica, o “bom traficante”, isto é o “traficante ideal” deixou de ser apenas pautado pela valorização do “ethos guerreiro” (Zaluar, 1996) e da *disposição para o confronto* ou *para matar* passando a ser também avaliado, em grande medida, por sua *capacidade de manter-se “na atividade”*, ou seja, permanecer vigilante e sempre atento àquilo que está acontecendo ao seu redor. Não que o segundo não existisse antes ou o que o primeiro tenha deixado de existir: apenas a dimensão da vigilância assumiu centralidade no

---

<sup>8</sup> Esses dois bordões “tá tudo dominado” e “tá tudo monitorado” fazem parte letras de funks que fizeram muito sucesso. O primeiro funk, que “estourou” no início dos anos 2000, evidencia como a questão central para o tráfico era o domínio territorial da favela naquele momento. Enquanto o segundo funk, lançado em 2013, mostra que a questão do monitoramento passou a ser central, uma vez que a polícia e o tráfico passaram a conviver cotidianamente no mesmo território.

*modus operandi* do tráfico no novo contexto da pacificação, dando relevo e intensificando essa capacidade de “estar em atividade” em detrimento daquela da “disposição para o confronto”.

Vale notar que a lógica do monitoramento é importante não só para o tráfico, mas também para a UPP. Isso porque os policiais também passaram a monitorar todos os “movimentos suspeitos” dentro das favelas. Tal monitoramento foi essencial para que a polícia, pouco a pouco, mapeasse “quem é quem” e descobrisse as formas de atuação dos traficantes locais. Elemento fundamental para que os PMs pudessem escolher o melhor momento para “dar o bote” e capturar os “inimigos” em uma espécie de “jogo de gato e rato” (Menezes, 2015), jogo esse que envolve, sobretudo, uma tensão psicológica permanente.

Durante uma entrevista, um traficante utilizou uma frase particularmente interessante para definir o que mudou no contexto pós-pacificação. Em suas próprias palavras: “agora, a adrenalina tá na mente, cara!”. Explicou, em seguida, que logo após a chegada da UPP, a estratégia mental, o raciocínio rápido e o fato de estar constantemente “na atividade” passaram a ser mais importantes do que a disposição para o confronto armado. Esta mesma expressão também foi usada por um outro jovem envolvido com o tráfico na Cidade de Deus: “É, agora o negócio é mental (...) Se você não *tiver na atividade*, eles vão te pegar, porque eles já estão dentro [da favela], eles já estão infiltrado ali. Eles também conhecem o território e sabem mais ou menos por onde você pode circular. Então, não dá para relaxar, tem que estar sempre de olho aberto. É atividade, atividade o tempo todo!”

Esse mesmo jovem comparou, em entrevista feita em 2013, as vantagens e desvantagens de atuar como traficante antes e depois da UPP<sup>9</sup>. Em sua visão, após a chegada da UPP, quem vende droga deixou de ser definível pela “bandido” e passou mais a ser mais definido como um “comerciante” ou “vendedor”. A vantagem dessa mudança, segundo ele, consistindo no fato de que o risco de morrer passou a ser menor, ainda que, por outro lado, tenha tido como contrapartida um aumento de um outro tipo de “pressão psicológica”. Em suas palavras:

Hoje é mais fácil ser bandido porque você tem a certeza de que é mais difícil você morrer, entendeu? Hoje não tem traficante, tem vendedores, tem comerciantes de drogas. Naquela época tinha BANDIDO, BANDIDO. Hoje eles só vendem, não tem aquela pressão do polícia vir, você ter que meter a mão, dar tiro e arriscar a tua vida. Aquela adrenalina acabou. Eles se arriscam menos hoje do que antigamente. (...) Naquela época você aprendia a mexer no fuzil, mas também você podia morrer com muito mais facilidade. Hoje não. Hoje a polícia está dentro, você tem que monitorar. Tem menos confronto, mas também a pressão psicológica é maior, a atividade é outra e, em certo sentido,

---

<sup>9</sup> Outros traficantes também compararam durante entrevistas essas vantagens e desvantagens. Um deles me disse que: “como bandido, para mim não melhorou nada, só piorou de eu ganhar meu dinheiro. Agora, sei que as coisas melhoraram para os moradores com certeza. Hoje sei que para criar filho é bem melhor. Bem melhor, porque eu posso deixar meu filho brincando aqui e ir lá atrás na praça jogar bola, que eu sei que quando eu voltar ela vai estar aqui, entendeu?”.

mais forte, mais intensa. (Trecho de entrevista com jovem da Cidade de Deus)

#### **4. A rotinização da UPP, o (re) fortalecimento do tráfico e a (re) formatação dos “arregos”**

Se nos dois primeiros anos após o início do processo de “pacificação”, o tráfico de drogas no Santa Marta e na Cidade de Deus, embora tenha continuado a existir, enfraqueceu-se, em 2011, começaram a surgir indícios de que os traficantes passaram a se fortalecer novamente nessas favelas.

Entre 2011 e 2012, circularam rumores<sup>10</sup> de que traficantes estariam voltando a andar armados pelas favelas com UPP – sobretudo nos bailes. No caso do Santa Marta, ninguém nunca afirmou ter visto, de fato, um traficante armado no morro naquele período, mas muitos moradores com quem conversei a respeito disseram já ter ouvido boatos de que “os meninos estariam andando de pistola”. Enquanto conversávamos sobre o tema, alguns moradores acionaram outro rumor, apontando que traficantes não estariam andando armados nem enfrentando a polícia (como já acontecia em outras favelas, como a Cidade de Deus), porque o “dono do morro”, preso na penitenciária de Bangu, queria evitar problemas com a polícia na favela para não correr o risco de ser transferido para um presídio de segurança máxima, em outro estado do país.

Um rumor parecido também circulou pela Cidade de Deus, onde pessoas diziam que em uma área da favela não tinha enfrentamento armado porque o tal “dono” que comandava a venda de drogas na região proibia os bandidos de trocarem tiro dentro do território sob sua jurisdição. Já em outra área, com outro dono, a ordem seria inversa, a saber, seria para que bandidos atirassem em policiais que estavam “causando problemas” para o tráfico.

Cada dono de morro tem sua doutrina. Tem uns que não gostam de esculachar. O amigo daqui não quer esculachar ninguém. O ritmo dele é botar dinheiro no bolso e ficar milionário. Ele não quer que mate ninguém na favela porque ele também quer sair da cadeia e ficar em liberdade. Porque matando vagabundo na favela dele, acaba caindo nas costas dele e ficando mais difícil para ele sair depois. Dependendo da favela é diferente. Lá do outro lado, eles já mandam matar e jogam para o jacaré. Eles não querem saber não (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus).

Em 2012, contudo, surgiram relatos de que em todas as áreas da Cidade de Deus, os “meninos” estariam voltando a confrontar a polícia com o uso de armas de fogo. Um morador da Cidade de Deus afirmou que algumas “dinâmicas” que existiam no passado estariam voltando e a violência começava a “se naturalizar novamente”.

---

<sup>10</sup> Mapeei cerca de 60 rumores que circularam pelo Santa Marta e pela Cidade de Deus desde a chegada da UPP e analisei essas narrativas como “notícias improvisadas” que podem ser pensadas como “índices das preocupações” (Shibutani, 1966) dos moradores das favelas “pacificadas” (Cf. Menezes, 2014).

Relatos apontavam, entre 2012 e 2013, haver um afrouxamento da regulação e da evitação do uso da força física nas favelas “pacificadas”. Moradores comentavam que se logo após a chegada da polícia os traficantes evitavam dar uma surra em alguém que “vacilou”, para não chamar a atenção da polícia “pacificadora”, agora eles pareciam já não ter mais qualquer medo de empregar ações violentas – e isso até mesmo no caso do Santa Marta, que foi considerada “favela-modelo”.

Moradores da Cidade de Deus relataram que casos de agressões cometidas por traficantes também passaram a ocorrer com mais frequência a partir de 2013. E, além do crescimento dos casos de agressão, rumores começaram a apontar que os assassinatos e desaparecimentos estavam aumentando. Segundo um morador da Cidade de Deus, em uma conversa no aludido ano:

Morre gente toda semana na Cidade de Deus e você procura na estatística, no boletim de ocorrência, não tem. (...) *A UPP não está aqui para proteger a gente, não. Eles estão aqui para proteger o território (...)*. Tem policial que se preocupa com festa, se preocupa com coisas banais, que são coisas que já são do nosso cotidiano. E, ao mesmo tempo, eles fazem corpo mole e não correm atrás do que deveriam correr! (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus).

Como a fala dos moradores evidenciava em 2013, parecia estar tornando-se mais intensa a percepção, entre a população das áreas “pacificadas”, de que, naquele momento, os policiais da UPP estavam fazendo “corpo mole” e não estavam se empenhando para evitar que ocorressem crimes nas favelas. É interessante notar que, por um lado, os policiais da UPP associavam o aumento da venda de drogas e a volta do fortalecimento do tráfico a um processo de “adaptação” dos traficantes ao novo contexto pós-“pacificação”. Por outro lado, muitos moradores associavam o fato de o tráfico estar ganhando força com um outro processo que estaria simultaneamente ocorrendo nas favelas com UPP: a volta da corrupção.

Vale lembrar que no início da UPP o discurso oficial apontava que a maior parte do efetivo que atuaria em áreas “pacificadas” seria composta por policiais recém-formados. A utilização de policiais novatos, como indicam Siqueira e Rodrigues (2012), além de decorrer da necessidade de efetivo suficiente para as unidades, estava “associada à expectativa de que os novos policiais não compartilhassem dos mesmos ‘vícios’ daqueles que já praticavam as formas tradicionais de policiamento no Rio de Janeiro” (2012, p.11). Havia uma aposta de que a utilização de policiais recém-formados no projeto poderia ajudar a combater a corrupção dentro da UPP. E, inicialmente, não apenas bradava-se nos principais meios de comunicação carioca como os próprios moradores tinham a percepção de que a UPP tinha conseguido gerar um “maior controle social, interno e externo, sobre a corrupção e o abuso de poder praticados por policiais” nos territórios “pacificados” (Musumeci et al., 2013:1).

No caso do Santa Marta, quando a major Priscilla Azevedo, a primeira comandante de uma favela “pacificada”, deixou o comando da UPP começaram a circular rumores de que os policiais estariam pedindo propina para “afrouxar” o policiamento do morro. Entre o final de 2010 e o início de

2011, quando um novo capitão assumiu a primeira UPP da cidade, muitos moradores começaram a notar que os policiais já não faziam mais rondas pelos becos e que só ficavam sentados dentro das viaturas ou parados em pontos fixos. Como apontou um morador da favela de Botafogo: “se os caras estão voltando a mostrar arma, isso porque o policial da UPP dá motivo (...). O cara vai vender escondido, não vai botar fuzil, não vai botar pistola. Mas se não tiver, se tiver a possibilidade de mostrar a arma, a droga, ele vai mostrar”.

Na Cidade de Deus, os moradores narram que também perceberam que o policiamento foi “afrouxando” depois de mais ou menos dois anos que a ocupação da favela teve início. Meus interlocutores associavam tal “afrouxamento” a diversas modalidades de negociações financeiras entre policiais e traficantes que, pouco a pouco, começaram a ocorrer em áreas “pacificada”. Alguns desses arranjos – que fazem parte do Misse (2006) chama de mercados de proteção agenciados pelas forças policiais – envolveram: a) PMs pedindo “gorjetas” para comerciantes e “produtores culturais” para estes permitirem a realização de festas na favela, de modo que, assim, não houvesse um encerramento da atividade no horário imposto pelo comando local ou mesmo fiscalização a respeito do que estaria ocorrendo durante esses eventos; b) policiais “capturando” ou “sequestrando” meninos da boca e pedindo “resgate” para que não fossem levados para delegacia<sup>11</sup>; c) policiais “forjando flagrantes” com frequência; d) PMs “comprando X9” (dando drogas, por exemplo, para “viciados” darem pistas sobre funcionamento do tráfico) e “vendendo X9” (pedindo dinheiro para traficantes para entregar quem passou informações sobre o tráfico para UPP); e) arranjos de arrego por guarnição ou por turno e mesmo “arrego por rua”; f) acerto de “arrego por cima”.

De forma resumida, é possível afirmar que, passados os primeiros anos após a inauguração das UPPs, parecem ter havido redefinições nas negociações de “mercadorias políticas” (Misse, 2007) em áreas “pacificadas”. Se antes traficantes de uma certa favela conseguiam pagar para ter o “alvará de funcionamento” (Barbosa, 2012) de todas as bocas de fumo de uma favela e, conseqüentemente, ter a liberdade de atuar por todo o território “arregrado” por um certo período de tempo (por uma semana por exemplo), passados os primeiros anos de “pacificação”, essas negociações pareciam acontecer muito mais no varejo (dependendo do plantão) e serem mais circunscritas (relativas a uma porção muito bem delimitada dentro do território, como uma rua específica) e provisórias (relativas a um determinado bem delimitado de horário).

Durante uma entrevista realizado no início de 2016, um PM apontou que as negociações de “arrego” além de acontecerem “por baixo” (por turno), mais recentemente também voltaram a acontecer “por cima” como ocorriam antes da UPP. Embora custe mais caro, segundo o policial, o “fechamento por cima” é mais vantajoso porque o comandante oferece uma estrutura de trabalho melhor para os traficantes, posto que ele tem autonomia para “congelar” todas as viaturas da favela e não permitir que policiais circulem e atuem em nenhuma área de determinado território “pacificado”.

---

<sup>11</sup> Segundo um jovem que entrevistei: “quando pega com uma coisa assim, dependendo de quem for, se já rodou alguma vez, se está devendo eles, se tiver devendo, eles levam, se não estiver devendo... Por exemplo, me pegou, não sou pichado e ele me pegou, vai ser a primeira vez que eles vão me pegar. Aí eles pedem um dinheiro, R\$1.000,00, R\$2.000,00, vai um dinheiro para as mãos deles, eles me soltam”.

Quando fecha com a guarnição, ela continua a circular e, se ver alguma coisa, finge que não viu. (...) Mas às vezes fecha por cima também (...) e você policial que está ali trabalhando em um certo turno não ganha nada. Aí o cara [comandante] pega você (...) deixa parada em um ponto da favela, sem poder sair do lugar para patrulhar nada. Ele pega e fala “[...] fica aqui ó! Se você sair daqui, é punição”(...). Obviamente, o valor pago por cima é muito mais alto. Lá é comando. O cara vai te dar uma estrutura toda para você trabalhar, porque o cara vai congelar a tropa toda. (Trecho de entrevista com um policial de UPP)

## 5. A “crise” das UPPs

A percepção de que o projeto das UPPs estava “começando a desandar” intensificou-se a partir 2012, quando a Rocinha e as favelas do Complexo do Alemão e da Penha foram ocupadas. Nessas localidades, a polícia encontrou muito mais dificuldade para promover a chamada “pacificação” e isso, de certo modo, abalou a imagem do projeto como um todo.

A expansão acelerada das UPPs para essas favelas maiores gerou preocupação não só nos moradores de áreas já “pacificadas”, mas também nos policiais que passaram a se queixar alegando que o efetivo das UPPs mais antigas passou a ser progressivamente reduzido e deslocado para essas favelas maiores e que apresentavam mais problema e resistência. As UPPs mais antigas passaram a ter que ceder, com frequência, policiais do seu efetivo para dar apoio e reforçar unidades mais recentes. Com o efetivo reduzido, já não era mais possível patrulhar adequadamente todo o território das favelas “pacificadas”. Logo, os traficantes já não sentiam a necessidade de se esconder como no início da UPP e estariam se sedentarizando novamente, isto é, estabelecendo novamente bocas de fumo em lugares fixos.

E, além da volta das “bocas sedentárias”, os conflitos armados e as mortes violentas também passaram a ocorrer com muito mais frequência em áreas com UPP. Como sintetizou um morador da Cidade de Deus: “eles começam a pegar confiança de pensar “olha, já demos coro em um, já matamos outro e nada aconteceu”. (...) Então, aos poucos, parece que tudo vai voltando a ser como a ser como antes!”.

Essa sensação intensificou-se ainda mais, em 2013, depois do caso do desaparecimento de Amarildo na Rocinha<sup>12</sup>. O questionamento “Cadê o Amarildo?” virou uma das principais bandeiras das manifestações que tomaram conta das ruas da cidade do Rio de Janeiro e de quase todas as capitais brasileiras em junho e julho de 2013. Esse caso acabou abrindo espaço para um amplo questionamento das UPPs, quebrando o consenso que parecia existir em torno do projeto. Consenso este que, por um longo período, deixou as UPPs blindadas às críticas, que nos últimos anos passaram a se proliferar, colocando assim a “estabilidade” do projeto em xeque.

Em 2014, os moradores da Cidade de Deus relataram que “tudo ficou tão complicado, os tiroteios se tornaram tão frequentes que a UPP passou a

---

<sup>12</sup> Amarildo de Souza era morador da Rocinha e desapareceu depois de ser levado por policiais da UPP para prestar depoimento em julho de 2013. Apesar do corpo de Amarildo não ter sido encontrado, investigações apontam que ele foi torturado e assassinado por policiais.

precisar de reforço” e, assim, voltaram a ocorrer operações policiais na favela. A realização dessas operações efetivadas pela polícia civil e/ou militar, com apoio do Core, do Bope e até de helicópteros da PM, passou a gerar um sentimento ambíguo. Por um lado, alguns moradores sentiram-se satisfeitos por acharem que a volta das operações era um sinal de que os policiais estariam tentando reprimir o tráfico. Por outro, contudo, algumas pessoas ficavam desconfiadas, pois o fato das operações serem necessárias em áreas que estariam “pacificadas” era considerado um sinal de que a “polícia de proximidade” não estaria mais dando certo e de que tudo parecia estar voltando a operar segundo à antiga lógica de operações violentas intermitentes.

Alguns moradores de áreas “pacificadas” especulavam, inclusive, que a polícia poderia estar “apertando o cerco” com operações contra o tráfico em áreas UPP para facilitar que ocorressem invasões. No caso do Santa Marta, moradores temiam uma invasão de uma facção rival ao CV<sup>13</sup>, enquanto na Cidade de Deus moradores temiam que milicianos da Gardênia Azul invadissem a favela.

Embora essas especulações de ameaças de invasão fossem diferentes no caso da Cidade de Deus e do Santa Marta, em ambos havia em comum uma desconfiança generalizada de todos contra todos, já que não era possível saber que policiais estariam agindo dentro da lei e quais estariam “fechados” com o tráfico local ou ainda quais poderiam estar ajudando uma facção rival ou grupos de milicianos. Por isso, os moradores dessas favelas vivem pressionados por todos os lados e, embora tenham que conviver com arbitrariedade cometidas tanto por policiais como por traficantes<sup>14</sup>, eles sentem-se receosos em fazer denúncias – seja contra a atuação do tráfico, seja contra a atuação da própria polícia –, uma vez que temem por represálias em um cenário no qual o domínio territorial parecia novamente estar em jogo, ou melhor, em forte disputa.

Em resumo, é possível dizer que atualmente, existe uma descrença profunda em relação ao projeto das UPPs<sup>15</sup>: ela atinge moradores, traficantes e até mesmo policiais. Esses atores não parecem nem se lembrar mais que, nos primeiros anos de instalação das UPPs existiu uma aposta de que estas poderiam ajudar a “pacificar” não só as favelas, mas também, por um lado, a própria polícia<sup>16</sup> - criando condições para permitir uma reforma mais ampla na

---

<sup>13</sup> No fim de 2014, circulou pelo Santa Marta um rumor de que a favela poderia ser invadida por traficantes da ADA (Amigos dos Amigos) depois que surgiram relatos de que o Morro Tabajaras teria sido invadido pela ADA, com apoio da UPP. Como o “dono” do tráfico no Santa Marta também seria o “dono” do Tabajaras, muitas pessoas começaram a especular que a favela de Botafogo poderia ser o próximo alvo da facção rival, o que gerou um forte clima de tensão.

<sup>14</sup> Muitos moradores têm reclamado, por exemplo, que as lajes de suas casas favela têm sido sistematicamente invadidas tanto pela polícia quanto pelo tráfico para servirem como bases militares.

<sup>15</sup> Além disso, a incredulidade também atinge o Governo do Estado como um todo: é sabido por todos que, neste momento, ele passa por gravíssima crise econômica – isso para não falar nos escândalos de corrupção que levaram o ex-Governador, Sérgio Cabral, à prisão.

<sup>16</sup> Em 2012, Burgos et al. relataram que os moradores entrevistados pareciam ter a esperança de que a UPP promovesse uma “pacificação” da própria polícia. Eles acreditavam que a “nova polícia” poderia contaminar a “velha polícia”. Como apontavam os autores: a questão central que estava em jogo na experiência da UPP era a de saber em que medida ela poderia criar

corporação – e, por outro, o comércio varejista de drogas – modernizando a economia do tráfico<sup>17</sup>. Tais expectativas, contudo, frustraram-se quase por completo. Ao invés da “nova polícia” contaminar a “velha polícia”, como se apostava inicialmente, exatamente o contrário parece ter ocorrido. No que diz respeito aos traficantes varejistas, muito embora em um primeiro momento estes parecessem estar se “modernizado” – isto é, parando de utilizar a lógica da força armada, transformando-se apenas em um comércio racionalizado de bens ilegais – agora parecem estar voltando a pautar suas ações a partir da lógica do que Machado da Silva chamou de “sociabilidade violenta”<sup>18</sup>.

Nesse cenário, a lógica da “pacificação” parece estar cedendo lugar cada vez mais à lógica da guerra – tanto em razão de um tráfico mais armado e propenso ao confronto quanto de uma política mais agressiva por parte da polícia<sup>19</sup>. E esta volta da lógica da guerra tem resultado em um aumento significativo do volume de mortes violentas em favelas, que atualmente já atinge patamares semelhantes – ou, a depender da favela, até superiores – aos do período pré-“pacificação”. Tudo isso vem contribuindo para que moradores, assim como policiais, afirmem que “a UPP está acabando” ou até mesmo que “a pacificação já acabou”, indicando, dessa forma, o evidente esgotamento da tentativa do projeto de produzir um “policiamento de proximidade” em favelas cariocas.

## Considerações finais

Para concluir, gostaria de retomar o debate sobre a gestão diferencial dos ilegalismos em favelas cariocas, buscando sintetizar quais foram os

---

“condições que venham permitir a universalização dessa nova polícia, pautada pelo respeito aos direitos dos moradores das favelas e periferias, de que a UPP parece ser um ensaio” (2012, p. 91).

<sup>17</sup> Segundo Luiz Eduardo Soares “o modelo de organização e operação do tráfico de drogas no Rio sempre foi irracional e tenderia a tornar-se insustentável. É muito caro manter controle armado e ostensivo sobre territórios e populações, dividindo lucros com policiais. Exercer esse controle exige a organização de equipes numerosas, disciplinadas, hierarquizadas, dispostas a assumir riscos extremos. Os benefícios podem ser obtidos com muito menos gastos e riscos, quando se opera com estruturas leves, adotando-se vendas por *delivery* ou por agentes nômades, circulando em áreas selecionadas –como ocorre nas grandes cidades dos países centrais. As UPPs (...) ao sepultarem o antigo regime, induzem, paradoxalmente, a modernização da economia do tráfico. (...) Essa modernização, considerando-se a inviabilidade de extinguir o negócio das drogas, será benéfica, reduzindo as armas em circulação e a violência, além do despotismo a que são submetidas tantas comunidades” (2011, p. 2).

<sup>18</sup> Machado da Silva define “sociabilidade violenta” como uma forma de vida singular na qual “a força física, com ou sem instrumentos e tecnologias que a potencializam, deixa de ser um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir, para se transformar em um princípio de coordenação (um ‘regime de ação’) das práticas. (...) A violência se libera da regulação simbólica (...). Ela se torna um fim em si mesma, inseparável de sua função instrumental como recurso para a ação”. (2011, p. 286)

<sup>19</sup> Esse reforço da lógica da guerra em áreas “pacificadas” tornou-se ainda mais evidente no fim de 2016, quando o Governo anunciou um caveirão branco como a grande “novidade das UPPs” e lançou, poucos meses depois, um plano de “reformulação” do projeto que envolveu a instalação de 26 torres e cabines blindadas em locais escolhidos a partir de um mapeamento feito com drones em favelas “pacificadas”. Tal plano de “blindar” a polícia dentro da favela, obviamente, recebeu muitas críticas já que só evidencia a incapacidade do projeto “pacificador” de seguir o caminho de um “policiamento de proximidade”.



principais impactos da inauguração das UPPs nesse campo de forças. Para tanto, primeiramente, julgo importante apresentar alguns comentários sobre o que Telles e Hirata (2010) chamam de “face política dos ilegalismos urbanos”.

Para os autores, a gestão diferencial dos ilegalismos tem suas modalidades de operação e aciona dispositivos de poder diferenciados, conforme o grau de incriminação dessas atividades. Algumas dessas modalidades de operação são “os agenciamentos políticos que oscilam entre a transgressão consentida, os mercados de proteção e as práticas de extorsão, além da repressão e da exposição à morte pelo uso da violência extralegal por parte das forças da ordem” (2010, p. 42).

Além disso, Telles e Hirata (2010) ressaltam que as dimensões políticas dos ilegalismos circunscrevem campos de força que ganham diferentes configurações. E essas configurações estão sempre diretamente relacionadas a seus modos de territorialização. A hipótese com a qual os autores trabalham é de que, “em torno desses ilegalismos, se estruturam campos de força e jogos de poder que deslocam, fazem e refazem a demarcação entre a lei e o extralegal, entre a justiça e a força, entre acordos pactuados e a violência, entre a ordem e seu avesso” (2010, p. 42).

Para que possamos compreender as redefinições na gestão diferencial dos ilegalismos que ocorreram em favelas cariocas após a inauguração das UPPs considero fundamental, por um lado, mapearmos as modalidades de operação dessa gestão; e, por outro, analisarmos como essas modalidades variaram temporal e espacialmente, configurando diferentes campos de forças nos diversos momentos pós-UPP e nos distintos territórios “pacificados”<sup>20</sup>.

Sugiro que podemos organizar as modalidades de operação da gestão dos ilegalismos em favelas cariocas a partir de três dinâmicas bastante amplas que apontam para um contínuo processo de experimentação no qual policiais e jovens que atuam no comércio varejista de drogas ilegais testam e mensuram a sua força e aquela do lado inimigo. Essas dinâmicas incluem: a) negociações, que muitas vezes envolvem a exploração de “mercadorias políticas” (Misse, 2006) – como propinas, chantagens, extorsões e redes de proteção; b) demonstrações efetivas de potência e poder, que muitas vezes envolve confrontos armados; c) por fim, o uso de diversos dispositivos de vigilância para monitorar os fluxos de circulação pelo território das favelas.

As duas primeiras dinâmicas citadas acima vêm sendo amplamente debatidas por diversos autores (Barbosa, 1998; Misse, 2006; Machado da Silva, 2008; Telles e Hirata, 2010) que destacam inclusive como ambas estão intimamente relacionadas. Grillo (2013) resalta, por exemplo, como a dinâmica do confronto serve muitas vezes para testar as assimetrias de força, inflacionando ou tornando desnecessário o pagamento de suborno/extorsão à polícia para a manutenção do funcionamento regular das “bocas de fumo”. E destaca ainda que essa mesma lógica pode ser também aplicada ainda a

---

<sup>20</sup> É importante que essas variações sejam ressaltadas para evitarmos uniformizar temporal e espacialmente a experiência das UPPs, ignorando como os impactos do projeto variaram muitíssimo ao longo do tempo e também de uma favela para outra.

crueldade dos portadores da “sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 2008) que também usam a explicitação da força como “disposição” subjetiva.

A terceira dinâmica, no entanto, ainda foi pouco explorada pela literatura, embora seja central para compreender as transformações geradas pela inauguração das UPPs na gestão dos ilegalismos. Obviamente, o uso de dispositivos de vigilância em favelas não é uma novidade, mas, desde 2008, ele foi amplamente diversificado e intensificado. Isso porque, com a inauguração das UPPs, moradores, policiais e traficantes passaram a ter que dividir o mesmo território 24 horas por dia, sete dias por semana. E, como em um primeiro momento, as dinâmicas de “arrego” foram interrompidas e as demonstrações de força envolvendo confrontos armados precisaram ser evitadas tanto pela polícia como pelo tráfico – uma vez que havia um forte consenso em torno do projeto de “pacificação” –, a dinâmica da vigilância acabou ganhando predominância em favelas “pacificadas”.

Um jogo de múltiplos monitoramentos se impôs com forças nunca antes experimentadas no território favelado. De um lado, a polícia instalou câmeras de vigilâncias em várias favelas com UPP, policiais passaram a usar seus celulares para tirar fotos ou filmar pessoas e situações suspeitas e, mais recentemente, até drones passaram a ser utilizados no monitoramento dos territórios “pacificados”. De outro, o tráfico espalhou olheiros munidos de celulares ou radinhos por inúmeros pontos da favela visando monitorar os fluxos de pessoas, objetos e informações pelo território. Além disso, ambos atores passaram também a empreender um largo esforço para monitorar os moradores tentando impedi-los de colaborar com o lado inimigo.

A dinâmica da vigilância tornou-se, portanto, central na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”, uma vez que monitorar a favela tornou-se a forma mais eficiente de garantir a continuidade do funcionamento das “bocas de fumo”. Mas queria ressaltar que a dinâmica da vigilância foi importante não só no momento inicial da “pacificação”, mas continua sendo uma peça-chave na gestão dos ilegalismos em diversas favelas já que o projeto das UPPs não foi oficialmente encerrado pelo governo do Estado e nem sabe se isso ocorrerá – uma vez que uma incerteza generalizada paira sobre o seu horizonte de expectativa – e logo, policiais e traficantes continuam tendo que dividir o mesmo território, em um clima muito tenso e pouco previsível.

Para encerrar, gostaria de enfatizar que *monitorar, negociar e confrontar* são práticas complementares diretamente associadas a gestão dos ilegalismos em favelas cariocas. Embora em alguns momentos e em favelas específicas uma dessas três dinâmicas tenha sido (e talvez ainda seja) mais central do que outras – como descrevi ao longo deste artigo –, sustento que analisar essas três modalidades de operação (ressaltando seus inter cruzamentos) é fundamental para compreender como a gestão dos ilegalismos se definem e redefinem, circunscrevendo campos de força que ganham configurações diversas e próprias a seus modos de territorialização.

## Referências bibliográficas

BARBOSA, Antonio Rafael. (1998), *Um Abraço para Todos os Amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF.

\_\_\_\_\_. (2012), “Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 256-265.

BOLTANSKI, Luc. (1990), *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.

\_\_\_\_\_; THÉVENOT, Laurent. (1991), *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam ; RIBEIRO, Eduardo. (2012), *Os Donos do Morro: Uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro*. 1. ed. São Paulo: Forum Brasileiro de Segurança Pública.

CORRÊA, Diogo Silva. (2015), *Anjos de fuzil: uma etnografia da relação entre Igreja e tráfico na Cidade de Deus*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CUNHA, Neiva Vieira da e MELLO, Marco Antonio da Silva. (2012), “A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta”. In: Marco Antonio da Silva Mello [et al. *Favelas cariocas : ontem e hoje* ; Rio de Janeiro : Garamond, 2012.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (2004), *Anthropology in the Margins of the State*. New Delhi: Oxford University Press.

DEWEY, John. (1938), *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt.

DOUGLAS, Mary. (1976), *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GRILLO, Carolina Christoph. (2013), *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

\_\_\_\_\_. (mimeo) “Fronteiras Tácitas: confronto e acordo em favelas do Rio de Janeiro”.

INGOLD, Tim. (2011), *Being alive: Essays on movement, Knowledge and description*. London: Routledge.

LEITE, Márcia Pereira. (2014), "Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro". *Dilemas*, v. 7, p. 625-642.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org.). (2008), *Vida sob Cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

MENEZES, Palloma. (2016), "La « pacification » et ses rumeurs : les incidences des Unités de Police Pacificatrices sur les problèmes publics dans les favelas de Rio de Janeiro". *Contextes* (Liege), v. 28, p. 1-16, 2016.

\_\_\_\_\_. (2015), *Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2014), Os rumores da "pacificação": a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, p. 665-683.

MISSE, Michel. (2007), "Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro". *Estudos Avançados* (USP.Impresso), v. 21, p. 139-157.

PORTO, Maria S. Porto; COSTA, Arthur. *Conduas Policiais e Códigos de Deontologia: O Controle da Atividade Policial no Brasil e no Canadá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SHIBUTANI, Tamotsu. (1966), *Improvised News, A Sociological Study of Rumor*. Indianapolis- New York, The Bobbs-Merrill Co Inc.

SOARES, Luiz Eduardo. (2011), "Além do bem e do mal na cidade sitiada". In: *Caderno Aliás*, Jornal Estado de São Paulo.

THÉVENOT, Laurent. (1986), "Les investissements de forme". *Conventions économiques* 29:21-71.

TELLES, Vera. (2010), *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. (2010), Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo . *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59.

VALLADARES, Lícia do Prado. (2005), *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.

VIGH, Henrik. (2009), "Motion squared: A second look at the concept of social navigation". *Anthropological Theory*, 9: 419-438.

ZALUAR, Alba. (1996), *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Revan.